
PROPOSTA DE RELEITURA DAS IDENTIDADES DE GÊNERO ENQUANTO CATEGORIAS SEMÂNTICAS FUNDAMENTAIS

Nicole Kollross*

RESUMO: O presente artigo busca elaborar uma proposta de releitura sobre os modos de construção das identidades de gênero, as tomando enquanto categorias semânticas fundamentais; para tanto, assume o pressuposto de que entre apenas dois termos não há “a partir do que” um possa se reconhecer enquanto igual ou diferente do outro; é preciso, todavia, um terceiro – para que, então, cada um possa estabelecer o seu igual e, a partir de então, o seu diferente.

PALAVRAS-CHAVE: identidade; gênero; masculino; feminino; desconstrução.

Índice

Introdução	1
1 Quadrado semiótico e identidades de gênero	2
2 Proposta de releitura das identidades de gênero enquanto categorias semânticas fundamentais	3
2.1 Implicações	7
Conclusão	10
Referências	11

Introdução

NO presente artigo, tomamos as identidades de gênero enquanto categorias semânticas, sendo que a masculinidade é qualificada como eufórica e a feminilidade, por sua vez, como disfórica. A opção por usar o termo “masculinidade” ou “feminilidade” – e não simplesmente “mascu-

lino” ou “feminino” –, ou seja, a necessidade de usar o sufixo “-dade”, foi pautada principalmente pela urgência de transmitir a ideia de estado, de situação, ou ainda, de processualidade.

Tal escolha está afim ao desenvolvimento teórico que toma a identidade enquanto construída, “não-essencialista”; ou ainda, como o “sujeito pós-moderno” de Hall (2005), e as abordagens de Giddens (1991, 1993, 2002) e de Foucault (2010, 2014a), respectivamente – “autorreflexividade” e “cultura de si”. Noutras palavras, se a identidade é efetivamente construída, como acontece tal construção? Se reconhecemos que os indivíduos tomam a si mesmos a partir dos conceitos e idealizações que têm sobre si, como eles são articulados?

A linguagem está sempre “encarnada” em indivíduos (os quais são classificados e hierarquizados entre si) e manifestas em determinadas relações de poder. No presente artigo, assumimos o pressuposto de que já no nível fundamental² (do percurso gerativo de sentido) estão manifestas re-

*Desenvolvimento de parte de capítulo de tese doutoral, defendida pela autora em programa de pós-graduação *stricto sensu*. Nicole Kollross é Pós-doutoranda em Educação (UFPR, 2017-). Doutora em Comunicação e Linguagens (UTP, 2017), mestre em Sociologia (UFPR, 2011), bacharel em Publicidade e Propaganda (UFPR, 2009) e em Relações Públicas (UFPR, 2007). Professora efetiva no Centro Universitário Uninter, no curso de Comunicação Social. E-mail: nicole.kollross@outlook.com.br

ção da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e do(s) seu(s) autor(es). O artigo, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

² No quadrado semiótico é estabelecida, antes de tudo, a oposição entre binários basilar ao texto (a partir da qual ele é produzido); ou, nas palavras de Barros (2001, p. 21), é reconhecida na “organização estrutural mínima, a estruturação elementar [em que] define-se, em primeiro lugar [...] a relação que se estabelece entre dois termos-objetos – um só termo não significa”. É o nível a partir do qual os seguintes são desenvolvidos, por meio da diferenciação de dois termos.

lações de poder; presentes, por exemplo, no mero ato de tornar alguns indivíduos (e suas consequentes relações de pressuposição) “visíveis”, em detrimento de outros, daí então “invisibilizados” – noutras palavras, quais termos são reconhecidos enquanto pertencentes a uma oposição binária, e o que eles têm a dizer sobre os indivíduos que são “dicotomizados” por ela?

1 Quadrado semiótico e identidades de gênero

A base do quadrado semiótico é o estabelecimento – ou, ainda, a identificação no texto – de contrários pertencentes a uma mesma categoria semântica, como por exemplo: /masculinidade/ vs. /feminilidade/. O uso do quadrado semiótico enquanto recurso visual – que ajuda no entendimento dos modos de articulação de termos dicotômicos, em sua processualidade – é basilar para a presente pesquisa, ao buscarmos entender como a “masculinidade” e a “feminilidade” são construídas, sempre em relação uma com a outra.

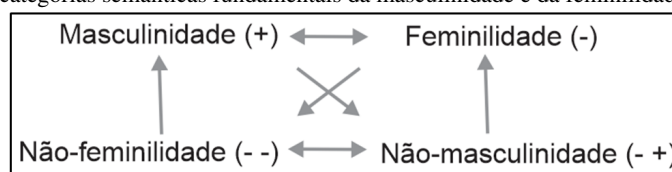
Ainda mais importante, porém, é que por meio da negação dos contrários, temos as suas contradições; no caso, a /não-feminilidade/ vs. /não-masculinidade/ (subcontrários). Cada um deles, por sua vez, implica um dos contrários, ou

seja: /não-feminilidade/ - /masculinidade/, e /não-masculinidade/ - /feminilidade/. Para facilitar ainda mais a visualização por meio do quadrado semiótico, explicitamos a base lógica presente na organização dos termos, integrando ao recurso os sinais de adição (+) e de subtração (-); para que, assim, as articulações lógicas entre os termos se tornem mais claras, como também algumas de suas implicações semânticas (as quais são desenvolvidas na presente pesquisa, a seguir).

Na atual conjuntura sociocultural e histórica, o termo “masculinidade” tem valor positivo e “feminilidade” tem valor negativo; então, temos “masculinidade (+)” e “feminilidade (-)”, sendo o primeiro eufórico e o segundo disfórico – ou seja, é a oposição de binários, entre termos entendidos como dicotômicos. Estamos, então, nas etapas semânticas do nível fundamental, em que são estabelecidas as categorias – “masculinidade” e “feminilidade” –, as quais, ainda, são qualificadas a partir da contextualidade do texto. Em seguida, já nas etapas sintáticas, há a negação dos “contrários”, por meio da qual passamos a ter, também, os seus “subcontrários”.

Formamos, assim, um modelo quaternário; que nos ajuda a visualizar as articulações dos termos em suas contradições, complementações e implicações – tendo nas flechas a representação de sua processualidade.

Ilustração 1. Representação do quadrado semiótico feito a partir das categorias semânticas fundamentais da masculinidade e da feminilidade.



Fonte: Nicole Kollross.

Como já citado, temos em um primeiro momento a negação dos termos – representada, no caso, pelo sinal de subtração; por exemplo, a “masculinidade (+)” é negada, o que resulta em seu “contraditório”, a “não-masculinidade (- +)”. A qual, por sua vez, “implica” a “feminilidade (-)”, inclusive pela regra de sinais matemática, já que (-) com (+) resulta em (-). Vale ressaltar, porém, que a definição de identidade usada na presente pesquisa é a “não essencialista”; ou seja, não dada *a priori*, mas sempre *a posteriori*, construída conjunturalmente – mesmo as identidades de gênero, no caso.

As identidades de gênero, inclusive, ao serem reconhecidas como uma das principais variáveis por meio das quais os indivíduos entendem a si mesmos – em seu processo de construção identitária (junto com o sexo biológico e a orientação sexual) –, porém, não devem ser entendidas apenas como o resultado do estabelecimento de diferenças, por meio da negação dos termos.

A própria ideia sobre o que é “ser homem” ou “ser mulher” – que como já citado, é consequência de como as variáveis se relacionam entre si – deve dar conta não apenas das relações entre os

contrários, mas ainda, de como eles se relacionam com os seus subcontrários (e também esses, por sua vez, entre si), tanto por negação quanto por asserção.

A organização dos termos em um modelo quaternário, então, busca ajudar na visualização (e conseqüentemente, no entendimento) de como eles se articulam entre si, tanto lógica quanto sintático-semânticamente; sempre sob o pano de fundo de que a identidade está em um interminável processo de construção, dado por meio do estabelecimento de diferenças – mas, antes, de igualdades que a baseiam. No caso, eu sou aquilo que o outro não é, e vice-versa (ou seja, há a afirmação do “eu” pela negação do “tu”); porém, antes eu devo escolher “em que” eu sou, e em relação a quem serei igual e, só então, diferente.

Em específico sobre o que significa “ser homem” ou “ser mulher”, percebemos que tal significação acontece pela diferenciação lógica entre termos semânticos, como também já citado nas palavras de Farias Junior (2010, p. 114). Assumimos, a partir de então, que tais articulações são representativas dos modos de construção das masculinidades e das feminilidades na atualidade; os quais, em si mesmos, manifestam algumas das relações de poder da conjuntura em que são produzidos, com suas conseqüentes categorizações e hierarquizações.

Revisando, então, a “Ilustração 1” (elaborada a partir da conjuntura sociocultural e histórica pesquisada): o masculino ao ser positivo (+) é contrário ao feminino, que é negativo (-); sendo que todo o processo, até então, se dá por meio da diferenciação – ou seja, pela negação está representada por (-) – sendo que o contraditório do masculino, a sua negação, seria o não-masculino (- +). De fato, mesmo pelas regras de sinal matemática, (+) é uma contradição em relação a (- +); porém, esse efetivamente implica o (-), que é no caso, o feminino. Se tomássemos a feminilidade (-), teríamos a mesma “articulação lógica”: o seu contraditório é o não-feminino (- -) que, por sua vez, implica o masculino (+).

Buscamos, assim, representar visualmente e por meio de uma “articulação lógica”, as relações entre as identidades de gênero – tomando os termos “masculinidade” e “feminilidade” enquanto categorias semânticas –, com o objetivo geral de, a

partir de então, entender melhor os modos de construção dos modos de “ser homem” e “ser mulher” em dada conjuntura.

2 Proposta de releitura das identidades de gênero enquanto categorias semânticas fundamentais

O estabelecimento de contrários – e, a partir deles, de “oposições binárias” – não é tido, porém, como um ato desinteressado. Principalmente porque a diferença entre dois, por si só, não é realmente viável³; pois estando apenas um diante do outro, não haveria “a partir do que” um pudesse se reconhecer enquanto igual ou diferente do outro. É preciso, todavia, um terceiro; para que, assim, cada um possa estabelecer o seu igual e, então, o seu diferente. Agora, a partir de quais características e vivências, tal igualdade será estabelecida, é uma escolha política; “encarnada” em indivíduos posicionados dentro de relações de poder e, então, manifesta pela linguagem.

A partir de tal entendimento, podemos retomar os modos de construção do masculino e do feminino, enquanto termos cujos processos de diferenciação (e, então, significação) – se não dados apenas por estruturas internas ao sistema (como que independentemente de suas “origens”), também não são “autônomos” em relação à posição sociocultural dos indivíduos que se identificam como “homem” ou “mulher”, em um dado período. Em relação com o que é dito por Miguel e Biroli (2014, p. 64), haveria uma suposta “universalidade que não é neutra – já está preenchida com as características do ‘masculino’”; que, no caso, seria a pressuposição de quem a masculinidade é a base, a partir da qual todos os outros termos são significados.

Para tanto – ou seja, para problematizar o próprio processo de diferenciação visualizado por meio do quadrado semiótico – é preciso, antes, tomar a masculinidade e a feminilidade como categorias semânticas neutras e apolíticas (como se estabelecidas a partir de uma mera “articulação lógica”, dada por si só)⁴; cujos termos opostos

[...] mantêm entre si uma relação de contrariedade. São contrários os termos que estão em uma relação de

³ Vale ressaltar, aqui, o paralelo com a ideia de que “um só termo não significa” (Barros, 2001, p. 21). A proposta é, justamente, desenvolver tal ideia: também dois só termos não significam.

⁴ “[...] determinadas suposições de neutralidade podem conter

uma associação entre masculino e neutro e subordinar o feminino numa oposição binária e hierárquica” (Rodrigues, 2010, p. 221).

pressuposição recíproca. O termo /masculinidade/ pressupõe o tempo /feminilidade/ para ganhar sentido e vice-versa. Se se aplicar uma operação de negação a cada um dos contrários, obtêm-se dois contraditórios: /não masculinidade/ é o contraditório de /masculinidade/ e /não feminilidade/ é o de /feminilidade/. Cada um dos contraditórios implica o termo contrário daquele de que é o contraditório. Assim, /não masculinidade/ implica /feminilidade/ e /não feminilidade/ implica /masculinidade/. Os dois contraditórios (aqui, /não masculinidade/ e /não feminilidade/) são contrários entre si. Para distingui-los dos outros dois contrários (/masculinidade/ e /feminilidade/), vamos chamá-los subcontrários [...]. os termos que estão em relação de contrariedade definem-se pela presença e ausência de um dado traço: /masculinidade/ versus /não masculinidade/. Os termos em relação de contrariedade possuem um conteúdo positivo cada um. Assim, a feminilidade não é a ausência de masculinidade, mas é uma marca semântica específica (Fiorin, 2014, p. 22).

O que deve ser problematizado, a partir de então, são alguns pontos em específico: “uma relação de pressuposição recíproca”, “possuem um conteúdo positivo cada um” e, ainda, “a feminilidade não é a ausência de masculinidade”. A partir de Beauvoir (2009), entendemos que a masculinidade é um “conteúdo positivo” em si, mas que a feminilidade não o é; o que faz com que não haja, aí, uma relação de pressuposição recíproca – em cunho político, então, a feminilidade é efetivamente um tipo de ausência de masculinidade. Nas palavras de Miguel e Biroli (2014, p. 15), “a língua contribui para produzir a naturalidade com que o masculino é entendido como sendo o genérico da humanidade”.

Vale ressaltar, aqui, que a ausência de algo (no caso, o feminino tomado enquanto a ausência do masculino) não é o mesmo que a sua negação; como seria, aliás, o caso da não-masculinidade (o contraditório da masculinidade).

Indo além da mera “articulação lógica”, ao buscar complementar o quadrado semiótico /masculinidade/ vs. /feminilidade/ com a perspectiva

teórica desenvolvida na segunda onda feminista, propomos a sua releitura ao o tomar, também, como um apoio necessário para o entendimento e para a ressignificação dos processos que pautam as relações políticas entre os gêneros. Devemos considerar, dentre tais processos, os estilos de vida tidos como saudáveis para homens e mulheres; por exemplo, em suas atividades e comportamentos.

Ou seja, não basta exigir o acesso das mulheres às atividades próprias dos homens. É necessário também redefinir os critérios de valoração que fazem com que algumas atividades (as deles) sejam consideradas mais importantes e mais dignas do que outras (as delas) e que fazem com que algumas formas de comportamento (as deles) sejam vistas como universalizáveis, enquanto outras (as delas) apareçam como inevitavelmente ligadas a uma posição social em particular (Miguel; Biroli, 2014, p. 65).

O processo de diferenciação, a partir de então, passa a ser reconhecido como não sendo dado apenas a partir do estabelecimento da relação entre dois – como se a linguagem, em suas categorias semânticas fundamentais, apenas “mostrasse” oposições binárias (que poderiam ser tomadas como se “já dadas”, de modo “natural” e “a-histórico” – em uma definição de identidade “essencialista”). Ao retomar a pressuposição de que a diferença entre dois, por si só, não é viável, tomamos também um terceiro; para que, então, efetivamente possamos apresentar a necessidade do estabelecimento de uma igualdade e, só então, de uma diferença.

No caso, se o processo de diferenciação reconhecidamente acontece pela negação (-) – deve haver para tanto, antes, o estabelecimento de uma igualdade por meio de uma afirmação (+). Como representado na “Ilustração 2” a seguir, o movimento de significação dos termos, induzido no quadrado semiótico pelo estabelecimento de contrários, contraditórios e implicantes, é dobrado em um “espelho” que lhe é anterior e oposto (como qualquer reflexo).

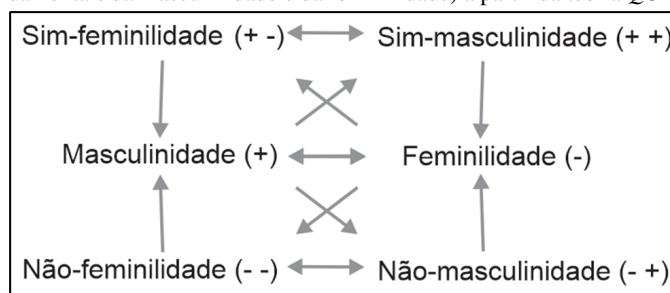
A “masculinidade (+)”, antes de reconhecer na “feminilidade (-) o seu contrário, estabelece a “sim-masculinidade (+ +)” a partir de características e vivências tomadas como relevantes para o processo de agrupamento político. Pela regra de sinais matemática percebemos que é apenas a partir de então, por meio da negação (-) da “sim-masculinidade (+ +)”, que se dá a categorização

da “feminilidade (-)”; já que (-) com (+ +) resulta em (-).

A “feminilidade (-)”, então reconhecida como contrária às “masculinidades”, estabelece por sua vez a “sim-feminilidade (+ -)”, a partir das mesmas características e vivências já tomadas como

relevantes. As “feminilidades”, assim, delimitam as “masculinidades”, e vice-versa – explicitando que as identidades de gênero são construídas em relação e, por isso, estão sempre em processo (já que se há alguma mudança na significação de um dos termos, todos consequentemente mudam).

Ilustração 2. Primeira releitura do quadrado semiótico (com as categorias semânticas fundamentais da masculinidade e da feminilidade) a partir da teoria *QUEER*.



Fonte: Nicole Kollross.

Todo o processo de construção das demais identidades de gênero, parte de sua relação com a masculinidade, a reconhecida socioculturalmente como hierarquicamente superior. A “masculinidade (+)” seria, ao traçar um paralelo com Derrida (1971, p. 230), um tipo de “centro [...] ponto de presença, a origem fixa [a partir do qual] a estruturalidade da estrutura” é neutralizada.

No caso, sendo a construção da masculinidade o começo de todo o processo – já que ela é o “positivo e neutro” para Beauvoir (2009), ou o “genérico” em Fiorin (1988, p. 15-16) – o homem se estabelece, enquanto tal, ao reconhecer um igual, a partir da escolha de uma característica assumida como relevante (no caso, por exemplo, a aparência externa do órgão genital⁵); sendo que, assim,

[...] a observação primeira da diferença dos sexos pode ser considerada o ‘último obstáculo do pensamento’. O corpo humano como lugar privilegiado de observação, principalmente na sua função reprodutiva, daria suporte a uma oposição conceitual essencial: aquela que opõe identidade à diferença. Tanto o pensamento cientí-

fico como os esquemas de representação simbólica seriam derivados dessa percepção [...] a própria estrutura do pensamento é construída a partir de um sistema hierárquico de categorias binárias [e, a partir delas] a valência diferencial dos sexos é incorporada como elemento estruturando de todas as sociedades (Hértier, 1997, p. 26-29 apud Arán, 2003, p. 409-409).

Temos, então, a masculinidade (+) sendo estabelecida pela afirmação da presença, em sua implicação na “sim-masculinidade (+ +)”; o que, como dito por Rodrigues (2010, p. 220, grifo nosso), “comprometeria o neutro em direção ao privilégio do masculino, já que a humanidade em geral, antes da divisão em dois sexos, seria masculina, e só com o advento posterior da diferença sexual é que viria a mulher” (Rodrigues, 2010, p. 220).

No caso, é possível para o homem “estabelecer” a si – e aos outros a partir de si – porque tem acesso a um tipo de poder primário, já citado na presente pesquisa; e inclusive, tal processo é cíclico – o homem tem acesso ao poder de “estabelecer” e, ao estar “estabelecido”, tem acesso ao po-

⁵ “Afirma que a observação primeira da diferença dos sexos pode ser considerada o ‘último obstáculo do pensamento’. O corpo humano como lugar privilegiado de observação, principalmente na sua função reprodutiva, daria suporte a uma oposição conceitual essencial: aquela que opõe identidade à diferença. Tanto o pensamento científico como os esquemas de representa-

ção simbólica seriam derivados dessa percepção [...] a própria estrutura do pensamento é construída a partir de um sistema hierárquico de categorias binárias [e, a partir delas] a valência diferencial dos sexos é incorporada como elemento estruturando de todas as sociedades (Hértier, 1997, p. 26-29 apud Arán, 2003, p. 409-409).

der. Didaticamente, então, pela regra de sinais matemática, temos a afirmação da “masculinidade/EU (+)” em uma “sim-masculinidade/NÓS (+ +)” – o que é efetivamente uma “implicação”, tendo em vista que um (+) pode ser resultado de (+) com (+).

A escolha a partir do que será dada a igualdade ou a diferença, como já dito, não é desinteressada, mas sim política; pois é apenas a partir do estabelecimento de um igual ao “eu” que haverá um “nós” homens; por meio do qual será possível, finalmente, estabelecer um diferente (no quadrado semiótico, um “contrário”) da masculinidade, a feminilidade (-). A mulher, a partir de então, é posta pela negação (-) da afirmação da presença (+), sendo conseqüentemente a implicação da “sim-masculinidade”; o que a torna o “tu” do “eu”, ou o “Outro” do “Absoluto”, ao traçar um paralelo com Beauvoir (2009, p. 16) – inclusive pela regra de sinais matemática, (-) com (+ +) resulta em (-).

Por sua vez, a feminilidade (daí já estabelecida, ao se tornar o contrário da masculinidade) também tem reconhecido o seu igual, por meio de sua implicação, a “sim-feminilidade” (+ -); que na perspectiva do homem é o seu contraditório e a base para o estabelecimento do “vós”, ou seja, das mulheres. Devidamente embasados os contrários – a partir das afirmações de presença ou de ausência – o quadrado semiótico segue, então, em seu desenvolvimento.

Ao buscar, justamente, pensar o “ser homem” e o “ser mulher” a partir da possibilidade da presença ou da ausência de determinadas características e vivências, em resumo, temos que: “a masculinidade/EU (+)” faz a afirmação de si em relação a um outro reconhecido como seu igual, a “sim-masculinidade/NÓS (+ +)”. Tal agrupamento, então, serve de base para estabelecer o primeiro “outro”, a “feminilidade/TU (-)”, reconhecida como diferente de ambos (do “eu”, e daquele suficientemente igual ao “eu” para haver um “nós”).

Ainda e sempre a partir da perspectiva da “masculinidade/EU”, surge então o segundo “outro” – o “vós” –, dado a partir do agrupamento da “feminilidade/TU (-)” com todos os reconhecidos como seus iguais; que, pela ausência de algo em si, restabelecem a presença do tal algo na “masculinidade/EU”. Para estabelecer um igual, então, é

feita antes a afirmação (+) do termo; e não a sua negação (-), como no caso do estabelecimento da diferença. Assim, no primeiro temos que a afirmação (+) do (+) resulta em (+); e no segundo, como já citado, temos que a negação (-) do (+) resulta em (-).

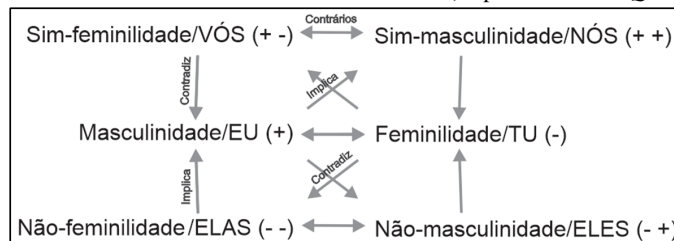
Interessante observar que é a partir da regra de sinais matemática que reconhecemos que, no estabelecimento de igualdade (parte de cima do quadrado), antes há a implicação (pela afirmação do termo) e, só depois, a contradição – no caso, (+ +) não resulta em (-) e, também, (+ -) não resulta em (+). É o avesso do que acontece no estabelecimento da diferença (parte de baixo do quadrado), na qual antes há a contradição (pela negação do termo) – no caso, (+) não pode ser resultado de (- +) e, também, (-) não pode ser resultado de (- -) e, só depois, a implicação.

Retomando o que foi desenvolvido pela segunda onda feminista, em específico a partir de Beauvoir (2009, p. 16), o “masculino/EU (+) é o “Sujeito”, ou “positivo e neutro”, a partir do qual todos os demais são estabelecidos. A “feminilidade/TU (-) é a mulher que tem o seu valor dado a partir do tanto que reforça a oposição binária em relação a masculinidade; é o “Objeto”, ou o “negativo”, que tem a sua validação dada por outros. É um tipo de “jogo” que, em Derrida⁶ (1971, p. 248), “é sempre um jogo de ausência e presença, mas se quisermos pensar radicalmente, é preciso pensá-lo antes da alternativa da presença e da ausência; é preciso pensar o ser como presença ou ausência a partir da possibilidade do jogo, e não inversamente”.

Há de ser apontado, no caso, o paralelo possível entre as “sim-masculinidade (+ +)” e “sim-feminilidade (+ -)” com a noção de “termos complexos”, que nas palavras de Zilberberg (2011, p. 242), seriam aqueles resultantes de uma composição entre contrários – no caso, entre a “masculinidade (+)” e a “feminilidade (-)”, em uma “masculinidade (+) + feminilidade (-)”. A ideia, porém, é que temos não apenas uma, mas duas composições; e ainda, que elas não são resultantes de contrários, mas do encontro de si com um “si mesmo”; talvez, uma complexificação dos “termos contrários”, ou ainda, o reconhecimento de uma etapa anterior a já dada.

⁶ Vale ressaltar que “as características e peculiaridades da diferença sexual foram discutidas por Jacques Derrida principalmente a partir de sua leitura de Heidegger” (Rodrigues, 2010, p. 211), sendo que o mesmo também é citado na presente pesquisa.

Ilustração 3. Segunda releitura do quadrado semiótico (com as categorias semânticas fundamentais da masculinidade e da feminilidade) a partir da teoria *QUEER*.



Fonte: Nicole Kollross.

Nos “contraditórios”, como elucidação necessária na presente pesquisa, estariam os “anormais” e “doentes”: a “não-masculinidade/ELES (-+)” e a “não-feminilidade/ELAS (- -)”. Vale ressaltar que o “nós” não é o mesmo que o “eles”, assim como o “vós” não é o mesmo que o “elas”. O “nós” pressupõe igualdade, uma “presença”: um homem igual a outro homem, porque ambos têm a presença de uma mesma característica. O “vós”, por outro lado, pressupõe diferença, uma “ausência”: uma mulher igual a outra mulher, porque ambas “têm a ausência” de uma mesma característica (em relação a “masculinidade/EU (+)”). Por si só, são meros recursos necessários para o entendimento de “como” são estabelecidas as diferenças, a partir de igualdades.

O “Eles/Elas”, por sua vez, são os “contraditórios” das masculinidades e feminilidades tradicionais; e basta, para tanto, que uma das três variáveis apresentadas como basilares ao “ser homem” ou “ser mulher” estejam “desalinhadas”. Assim, a “não-masculinidade (- +) ou a “não-feminilidade (- -)” dizem respeito a indivíduos que não se identificam com uma, duas, ou mesmo as três variáveis tidas como “normais” e “saudáveis”.

Poderíamos propor, quase que como uma provocação, uma outra denominação: nem “eles”, nem “elas” – mas “elos”. Aí está, então, a proposta de um exemplo do pensamento desconstrutivista que, de acordo com Rodrigues (2010, p. 211), questiona “as oposições binárias e metafísicas, inclusive a que opõe masculino e feminino. Abrindo espaço para a interrogação sobre a dualidade dos sexos. A partir do questionamento do que ele [Derrida] chama de ‘um implacável destino que em tudo perpetua o número dois’”.

⁷ “Para Derrida, o pensamento metafísico tradicional, por ele chamado de logocêntrico, jamais se desvinculou de uma abordagem que identifica pares de oposições – razão e sensação, espírito

2.1 Implicações

Por meio de tal proposta buscamos, apenas, retomar o entendimento de que mesmo no nível fundamental estão manifestas relações de poder; que além do usufruto de tal recurso (tido como “articulação lógica” e semântica), o estudo do próprio estabelecimento de termos contrários (“oposições binárias”) – pode ser uma via de acesso necessária ao reconhecimento de que tais escolhas já são, efetivamente, interessadas.

[...] aceitar essa necessidade é reconhecer que, numa oposição filosófica clássica, não tratamos com uma coexistência pacífica de um vis-a-vis, mas com uma hierarquia violenta. Um dos dois termos domina o outro (axiologicamente, logicamente, etc.), ocupa o cimo. Desconstruir a oposição é primeiro, num determinado tempo, derrubar a hierarquia (Derrida, 1975, p. 54 apud Vasconcelos, 2003, p. 74).

Em específico na presente pesquisa, a partir de então temos que é sobre a “masculinidade/EU (+)” e a “feminilidade/TU (-)” que tratam os “sistemas peritos”, ou os “regimes de verdade”, na determinação do que é o “normal” e “saudável” (a partir de um “pensamento metafísico tradicional”, ou “logocêntrico”⁷): são as masculinidades e as feminilidades tradicionais.

Não se restringindo “apenas” às identidades de gênero, podemos reconhecer aqui os “homens” e “mulheres” plenamente aceitos socioculturalmente; sendo que, para tanto, têm alinhados o “sexo”, o “gênero” e a “orientação” (“macho- e matéria, identidade e diferença, lógica e retórica, masculino e feminino etc.” (Vasconcelos, 2003, p. 74).

masculino-hétero” / “fêmea-feminina-hétero”) ⁸; sendo que, ao buscar denominar tais categorias semânticas fundamentais – indo além do que já o são nas articulações semióticas – poderíamos reconhecer a “masculinidade (+)” como alusiva aos “homens tradicionais”; tanto quanto a “feminilidade (-)”, por sua vez, às “mulheres tradicionais”.

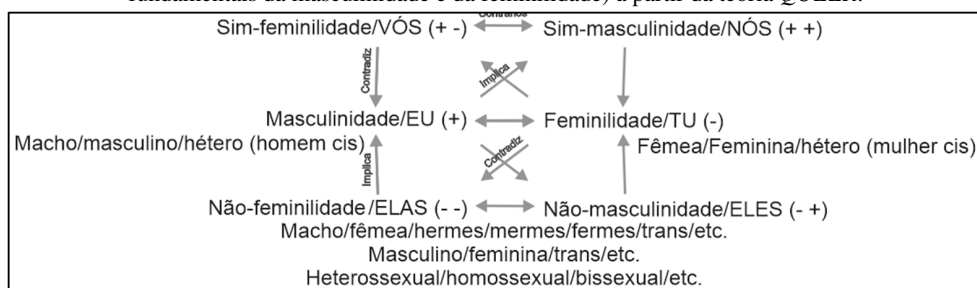
Noutras palavras, seriam aqueles que, mesmo na atualidade, prioritariamente assumem papéis socioculturais e modos de relacionamento convencionais: o homem e a mulher que se relacionam, por exemplo, a partir de um “amor romântico” que, de acordo com Giddens (1993, p. 72-74), “depende da identificação projetiva [que] cria, aqui, uma sensação de totalidade com o outro, sem dúvida intensificada pelas diferenças estabelecidas entre a masculinidade e a feminilidade, cada uma delas definida em termos de uma antítese”. Deve ser destacada a ideia de que tal “assunção” é efetivamente prioritária, e não única, ou seja: são majoritariamente escolhidos – os papéis e as relações tradicionais, por exemplo – em detrimento dos demais; mas tal escolha não se dá, de modo obrigató-

rio, em todas as vezes (todas as categorias, aqui denominadas, são meros “tipos ideais” weberianos).

Um exemplo seria o indivíduo que, a partir de sua homossexualidade/bissexualidade/etc., não é mais reconhecido como tão “homem” ou tão “mulher” quanto àqueles tradicionais; noutras palavras, são – dentro e fora do quadrado semiótico! – uma “contradição”. Nem “eu/nós”, nem “tu/vós”: nem “homem” nem “mulher”, ou ainda, ambos. Um homem que, por ser homossexual, é tido como “feminino”; uma mulher que, do mesmo modo, é “masculina” (ainda que ambos, independentemente de sua orientação sexual, se identifiquem com a identidade alinhada ao seu sexo).

A partir de então, não haveria apenas uma “alteridade” ao “Sujeito” (“masculinidade (+)”) ou, ainda, um único “Outro” (“feminilidade (-)”); mas sim, várias alteridades, em muitos níveis. A proposta é, justamente, por meio desses outros níveis, responder à questão de Arán (2003, p. 417), de “como, no exercício da alteridade, não reproduzir o modelo masculino em que o Outro – eternamente feminino – assume o lugar do objeto e o Um – masculino – se forja como universal”.

Ilustração 4. Terceira releitura do quadrado semiótico (com as categorias semânticas fundamentais da masculinidade e da feminilidade) a partir da teoria *QUEER*.



Fonte: Nicole Kollross.

Aqui, no caso, não há apenas um “Outro”, mas pelo menos cinco⁹; dentre os quais, um é efetivamente masculino, e os outros dois são “contraditórios”. Seriam, justamente por sua contradição intrínseca, “indefiníveis”.

A partir daí, para marcar este desvio (isto é, a prática da desconstrução seguindo o momento de inversão das hierarquias [estão os] indefiníveis, isto é, unidades de simulacro, “falsas” propriedades verbais, nominais ou se-

⁸ Também devem ser consideradas outras variáveis, igualmente relevantes (mesmo que não aprofundadas na presente pesquisa, pela prerrogativa da escolha por determinado recorte teórico): especificamente, a raça e, também, a classe. Sobre o tema: “o feminismo negro permitiu avançar na compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades justamente ao exigir que a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens não correspondesse a um silêncio sobre as mulheres que compartilham,

com os homens que estão na base da pirâmide social, as desvantagens decorrentes de sua posição de raça e de classe” (Miguel; Birolí, 2014, p. 9).

⁹ Níveis de alteridade: primeiro, a “sim-masculinidade (+ +)”; segundo, a “feminilidade” (-); terceiro, a “sim-feminilidade” (+ -); quarto e quinto, a “não-masculinidade” (- +) e a “não-feminilidade” (- -).

mânticas, que já não se deixam compreender na oposição filosófica (binária) e que, todavia a habitam, lhe resistem, a desorganizam, mas sem nunca constituírem um terceiro termo (Derrida, 1975, p. 55-56 apud Vasconcelos, 2003, p. 75).

É afim a tais desenvolvimentos que, esperamos, possa ser reconhecido o viés dado – também a partir dos estudos culturais e de gênero – à nossa proposta de releitura das articulações convencionais, aqui representadas visualmente no quadrado semiótico, indo além de suas “articulações lógico-semânticas”; ou seja, o foco é mostrar como as relações políticas estão presentes no modo de estabelecimento da “oposição filosófica (binária) das categorias semânticas fundamentais.

Em desenvolvimento, temos a terceira onda do feminismo, que toma como base o entendimento – principalmente por parte dos indivíduos identificados como sendo da “não-masculinidade (- +)” e da “não-feminilidade (- -)” – de que há variados tipos e níveis de discriminação; e, também, que parte deles não teve um espaço legitimado (ou mesmo, reconhecido) durante a segunda onda feminina. São os “contraditórios” e, muitas vezes, “indefiníveis” por serem os “sujeitos que não são”; ou seja,

[...] tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o não-dito, aquilo que é silenciado – os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados (Louro, 2003, p. 67).

Até então, a proposta da segunda onda feminista era problematizar tão somente as características e vivências da “mulher tradicional”; ou seja, aquela cujo processo identitário se baseia na “feminilidade (-)”, enquanto “complementar” a “masculinidade (+)”, ou seja, do “homem tradicional”.

¹⁰ “[...] no Brasil, foi nos anos 1970 que se definiram, inicialmente no interior do movimento negro, coletivos que afirmavam a especificidade das mulheres negras [...]. Tendo como ponto de partida um ambiente em que sua condição de mulheres negras não estava contida nem na agenda feminista nem na antirracista, colocava-se o desafio de produzir lutas e formas de conhecimento que não suspendessem sua vivência” (Biroli; Miguel, 2015, p. 37-38).

¹¹ Temos ainda “outras determinantes, como geração, sexuali-

Mesmo entendendo que não há apenas um modo de ser, independentemente de “categoria” em que se esteja; muitos indivíduos eram “silenciados” nos movimentos feministas. A partir daí, de acordo com Biroli e Miguel (2015, p. 28), também passaram a ser pautadas “as convergências entre gênero, raça e classe [por exemplo, o que] põe em xeque, assim, modelos [...] de algumas vertentes do feminismo da chamada ‘segunda onda’, que julgavam que um determinado eixo de opressão era a raiz de todos os outros”.

Os outros níveis de alteridade, então, ao se perceberem com reivindicações próprias¹⁰, deram fôlego aos debates que levaram a terceira onda feminista; a partir da qual se deu o desenvolvimento da *teoria queer*, cujo termo é o equivalente a “estranho” (em tradução livre do inglês para o português).

Dentro desse embate, os homens e as mulheres homossexuais, como também as pessoas transgênero e transexuais, etc. – ou seja, todos aqueles “contraditórios” que, ainda resumidamente, estão na “não-masculinidade (- +)” e na “não-feminilidade (- -)” – passaram a problematizar as hierarquias nas quais eram inferiorizados e, inclusive, os próprios processos de categorização¹¹. Nas palavras de Lugarinho (2000, p. 36), “a partir daí, os estudos gays e lésbicos abandonam o campo da teoria dos gêneros e começam a se deslocar para a constituição de uma teoria própria, a teoria *queer* [a qual] tenta dar conta nitidamente do excêntrico [sic] em termos de gêneros”.

Se até a segunda onda feminista, por exemplo, as identidades de gênero eram entendidas como construções socioculturais e históricas; mas os sexos biológicos, por sua vez, eram “dados”, obrigatoriamente naturais e “a-históricos” – a partir da terceira onda feminista, mesmo a polarização entre “macho” e “fêmea” passa a ser problematizada.

Imagine que os sexos fossem multiplicados para além dos limites atualmente imagináveis. Teria de ser um mundo de partilha de poderes. Paciente e médicx, mãe/pai e filhxs, masculino e feminino, heterossexuais e

dade, etnia, localização no globo (ou mesmo a região em um país determinado) ou algum tipo de deficiência física [que] são também importantes na construção da posição social dos diferentes grupos de pessoas” (Miguel; Biroli, 2015, p. 29).

¹² Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/annefausto-sterling-os-cinco-sexos.html>. Acesso em: jul. 2016.

homossexuais – todas essas oposições e outras ainda teriam que ser dissolvidas como fonte de divisão (Fausto-Sterling, 2001, p. 7)¹².

Não apenas as identidades de gênero são entendidas como construções socioculturais e históricas, mas também os sexos: para Goldenberg (2006, p. 20), “cada cultura apropria-se de uma distinção biológica (macho/fêmea), seleciona alguns fatos naturais [...] e os exacerba, naturalizando funções que são, na verdade, produto de uma determinada educação e socialização”. Quais das distinções biológicas serão exacerbadas, porém, tendem a variar bastante; tanto que, para Fausto-Sterling (2001, p. 1-2), “poderíamos argumentar que nesse espectro existem ao menos cinco sexos¹³. E talvez até mais [pois] o sexo é um *continuum* vasto e infinitamente maleável que desafia as limitações, mesmo que consideremos cinco categorias”.

O que faz com que, a partir de então, ser “macho” ou “fêmea” não seja mais uma base: nem da masculinidade e da feminilidade, nem das orientações sexuais.

E o que é, afinal, o sexo? Ele é natural, anatômico, cromossômico ou hormonal; e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? Teria o sexo uma história? [...]. Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero: a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revele-se absolutamente nenhuma (Butler, 2003, p. 25).

É o processo de radicalização da desconstrução¹⁴ das identidades de gênero, ao problematizar a própria base “a partir da qual” elas eram dadas: a anatomia, os cromossomos e os hormônios. A

¹³ Dentre possíveis classificações, a partir dessa perspectiva, teríamos além de “macho” e de “fêmea”, três “intersexos”: hermes (os “hermafroditas verdadeiros”), com testículos e ovários; os mermes, que têm testículos e alguns aspectos da genitália feminina (mas sem ovários); e, ainda, os fermes, que têm ovários e alguns aspectos da genitália masculina (mas sem testículos). No caso dos mermes e fermes, inclusive, as suas genitálias (e demais atributos físicos relacionados) não correspondem à sua carga genética (Fausto-Sterling, 2001, p. 1-3). Dispo-

“masculinidade (+)” – enquanto categoria semântica fundamental (cuja construção é o começo de todo o processo) –, deixa de poder ser estabelecida a partir da escolha da aparência externa do órgão genital. Sobre a própria ideia de desconstrução, de acordo com Lugarinho (2000, p. 34), “a contribuição do pensamento de Derrida, um dos pilares dos pós-estruturalismo, foi fundamental [pois, ao propor] uma revisão profunda dos conceitos linguísticos [...] funda o desconstrutivismo [que busca] compreender o contexto no texto”.

Tais entendimentos, em geral, tem paralelo com a problematização feita por algumas teóricas feministas – incluindo, no caso, o que é proposto no presente artigo –, de que é necessário buscar a “desestabilização de qualquer relação fixa entre o sexo biológico e os comportamentos [ou seja] a desconstrução da categoria ‘gênero’ [que] permite a livre expressão das individualidades, não a que aprisiona indivíduos e grupos em posições estereotipadas”, como dito por Miguel e Biroli (2014, p. 76-77). Para tanto, em resumo, tomamos como base o modelo semiótico desenvolvido por Greimas, no qual a diferenciação se dá a partir da oposição entre binários (no quadrado semiótico, por exemplo), e propomos uma releitura das identidades de gênero – enquanto categorias semânticas fundamentais – a partir da *teoria queer*.

Conclusão

Entre apenas dois termos não há “a partir do que” um possa se reconhecer enquanto igual ou diferente do outro; é preciso, todavia, um terceiro – para que, então, cada um possa estabelecer o seu igual e, a partir de então, o seu diferente. Desenvolvendo tal ideia, ao tomar a masculinidade e a feminilidade enquanto categorias semânticas fundamentais, poderíamos reconhecer a “masculinidade (+)” como alusiva aos “homens tradicionais” e a “feminilidade (-)” às “mulheres tradicionais”. Os seus “contraditórios”, por sua vez, seriam os “anormais” e “doentes”: a “não-masculinidade/ELES (-+)” e a “não-feminilidade/ELAS (- -)”. A partir de então,

nível em: <http://docslide.com.br/documents/anne-fausto-sterling-os-cinco-sexos.html>. Acesso em: jul. 2016.

¹⁴ “Para considerarmos feminismo e desconstrução enquanto disciplinas que se tangenciam [devemos reconhecer que] são disciplinas que se entrelaçam. Em primeiro lugar, desconstrução oferece ferramentas essenciais para a análise feminista [...]. Em segundo lugar, desconstrução ameaça hierarquias ou oposições lógicas. Em terceiro lugar, desconstrução oferece a ideia de intermediário, ‘entre’ que desfaz o pensamento binário” (Elam, 1994, p. 25 apud Carvalho, 2000, p. 10, grifo nosso).

não haveria apenas uma “alteridade” ao “Sujeito” (“masculinidade (+)”) ou, ainda, um único “Outro” (“feminilidade (-)”); mas sim, várias alteridades, em muitos níveis.

É importante frisar que tal dinâmica processual não está restrita “apenas” às identidades de gênero – mesmo se já articuladas com as outras variáveis, o sexo biológico e a orientação sexual –, na constituição do que é “ser homem” ou “ser mulher”. Devemos reconhecer que tal processo é ainda mais amplo, pois diz respeito a própria construção identitária em geral e, portanto, trata também de variáveis como raça, classe, etc.; noutras palavras, podemos usar a mesma “proposta de releitura” nas identidades raciais ou classistas, por exemplo, simplesmente substituindo a masculinidade por “branquitude” ou “rico”, e a feminilidade por “negritude” ou “pobre”.

Quaisquer modos de classificação e hierarquização, nas quais tenhamos a oposição entre dois termos (um eufórico e superior, outro disfórico e inferior) tenderá a reproduzir tal dinâmica processual. Nos exemplos citados, tanto o gênero, quanto a raça ou a classe, são construções; definir alguém como mais ou menos masculino, branco e rico – ou feminino, negro e pobre – é sempre conjuntural. Ser um ou outro, não está dado ou é inato, mas sim está sempre em construção; é uma perspectiva que reitera uma identidade “não essencialista”, sempre consequente dos modos de existência, inescapavelmente em relação.

Referências

- Arán, M. (2003). Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Revista Estudos Feministas*, dez, 11 (2). Florianópolis. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010426X2003000200004. Acesso em: jul. 2016.
- Beauvoir, S. (2009). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Derrida, J. (1971). *A escritura e a diferença*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Derrida, J. (2003). Posições: semiologia e materialismo. Lisboa: Plátano, 1975 apud Vasconcelos, J.. O que é a desconstrução?. *Revista de Filosofia*, jul./dez., 5(17). Curitiba.
- Fausto-Sterling, A. (1993). *The five sexes: why male and female are not enough*, New York Academy of Sciences, Nova Iorque, mar./abr., 1993 apud *Cadernos Pagu*, jan./dez., 1(17). Campinas, 2001. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02.pdf. Acesso em: jul. 2016.
- Fiorin, J. (1988). *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Editora Ática.
- Fiorin, J. L. (2014). *Elementos da análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Goldenberg, M. (2006). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Louro, G. (2003). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Lugarinho, M. (2000). Como traduzir a teoria queer para a língua português. *Gênero – Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG)*, jul./dez., 1(22000).
- Miskolci, R. (2013). *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Oliveira, R. (2013). *Homossexualidade: análises, mitológica, religiosa, filosófica e jurídica*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Rodrigues, C. (2010). Diferença sexual, direitos e identidade: um debate a partir do pensamento da desconstrução. *Cadernos Pagu*, 1(34), jan./jul.. Campinas. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a09n34.pdf. Acesso em: jul. 2016.
- Zilberberg, C. (2011). *Elementos de semiótica tensiva*. São Paulo: Ateliê Editorial.